



CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE MINAS GERAIS

NOTA DE REPÚDIO

14 de outubro de 2020

Este Conselho vem a público repudiar as recentes declarações do vice-presidente Hamilton Mourão sobre o torturador coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Em entrevista concedida a *Deutsche Welle*, o vice-presidente classificou o torturador como um "homem de honra e que respeitava os direitos humanos de seus subordinados".

Ustra chefiou o DOI-Codi, na cidade de São Paulo, órgão da repressão da ditadura militar. Durante esse período trabalhou diretamente na tortura de diversos ativistas que corajosamente ousaram lutar pela democracia em nosso país. A Comissão da Verdade afirma que Ustra e seus subordinados foram responsáveis por pelo menos 45 mortes e desaparecimentos, além de diversas outras vítimas de tortura que sobreviveram, sendo marcados pelo resto da sua vida. Os sobreviventes, como o vereador Gilberto Natalini, lembram de Ustra pelos métodos cruéis, o deboche e os risos durante as sessões de tortura. Em 2008 foi reconhecido pela justiça brasileira como torturador.

A fala é absurda, ofende a democracia, a sociedade brasileira e mais especificamente as vítimas da ditadura militar. Não há honra em sequestrar, torturar e matar outros seres humanos. Esse tipo de fala, proferida por uma das mais altas autoridades do país em um jornal de circulação internacional ajuda a legitimar uma versão falsa da história do Brasil que mascara os horrores da ditadura. É também legitimar a tortura e a repressão como ferramentas disponíveis ao Estado, ao arrepio de nossa Constituição e diversos tratados que repudiam a tortura como um dos mais graves crimes.

O CONEDH reforça que entre seus objetivos principais está a luta pela justiça de transição, pela verdade e memória das vítimas da ditadura militar. Esses são mecanismos fundamentais para finalmente elaborarmos de maneira adequada o nosso passado e construirmos um futuro sem ditadura ou tortura.

Robson Sávio Reis Souza
Presidente do Conselho Estadual de Defesa
dos Direitos Humanos de Minas Gerais